



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

EDITAL Nº 106/IX-1º/2006

(Moção em Defesa dos Serviços Públicos)

EU, JOSE MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALMADA

Faço público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de Setembro de 2006, realizada no dia 28 de Setembro de 2006, a Assembleia Municipal de Almada aprovou a seguinte Moção:

MOÇÃO

A reforma da Administração Pública assumiu, de novo, protagonismo central para o governo, não pela elevação da qualidade dos serviços públicos ou pela introdução de medidas sérias e socialmente justas para a sustentabilidade dos sistemas de segurança social e da saúde, mas pelas notícias postas a circular pelo governo PS preparando caminho para o “emagrecimento” do Estado e das suas funções sociais, através da redução drástica do número de funcionários, quando hoje (e segundo dados da Eurostat) Portugal é o País da UE com menor número de trabalhadores na Administração Pública em relação à população activa. Ao mesmo tempo, pretende precarizar ainda mais os vínculos laborais e ligar as carreiras e as remunerações à avaliação do desempenho.

Os senhores do chamado “compromisso Portugal” preconizam o despedimento de 200 mil trabalhadores da administração pública, a privatização de funções essenciais do Estado, como a educação a saúde e a segurança social, medidas que apresentaram de forma célere ao governo do PS, na expectativa de aproveitar a onda de profundo neo-liberalismo e de contracção do Estado de áreas que lhe são inerentes.

Apesar da necessidade de uma forte intervenção do Estado, tem-se vindo a assistir a um violento ataque contra a Administração Pública, procurando “diabolizar” os seus



EDITAL Nº 106

trabalhadores e considerá-la como a causa da crise económica e social que o país enfrenta.

O Governo PS, no seu Programa e no Programa de Estabilidade e Crescimento para o período de 2005 a 2009 considerou mesmo, como uma peça essencial na sua estratégia, a “modernização da Administração Pública” que está traduzida no chamado Programa da Reestruturação da Administração do Estado e que, em termos práticos, continua a criar um cada vez maior “exército de reserva” composto por recibos verdes, avençados, estagiários e pretensos bolseiros de investigação que, de forma precária, consolidam e agravam a ideia incutida por este governo (e pelos anteriores) de que existem funcionários públicos a mais. Esta metodologia de tentar enfraquecer a própria Administração pública, procurando criar uma imagem negativa dos seus trabalhadores, apontando-os como uma das principais causas da crise que o País atravessa é, no mínimo veementemente repudiável.

É assim que se preconiza que o Estado, através da Administração Pública, deve deixar de prestar os serviços públicos essenciais á população (saúde, educação, protecção social, ...) entregando-os a outros interesses, sobretudo privados.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida a 28 de Setembro de 2006, decide:

- 1 - Apoiar uma efectiva reforma da Administração Pública que passe imperiosamente por uma efectiva descentralização; pelo concretizar da regionalização; pela desburocratização dos serviços e pela transparência no seu funcionamento; pela motivação e responsabilização dos trabalhadores e pela sua dignificação e valorização profissional.
- 2 - Apoiar todas as medidas tendentes à elevação da qualidade dos serviços públicos e das funções sociais do Estado (Educação, Cultura, Justiça, Saúde, etc.), bem como as medidas propostas que visem garantir a sustentabilidade dos sistemas de segurança social, repudiando as propostas de privatização apresentadas pelas direitas e pelos liberais, fazendo recair nas pessoas a



EDITAL Nº 106

viabilização do sistema, fazendo-as trabalhar mais tempo e com pensões mais baixas, como preconiza o governo PS.

- 3 - Apoiar todas as medidas tendentes a que o Estado e a Administração Pública desempenhem um papel essencial para a concretização de uma política de desenvolvimento económico e social capaz de responder aos graves problemas que o País atravessa, através de uma nova política que se traduza numa estratégia de criação de emprego com direitos, na qualificação e formação e no investimento tecnológico capaz de criar novos produtos com valor acrescentado, numa aposta efectiva no desenvolvimento económico e social.
- 4 - Repudiar as medidas assumidas pelo governo PS para o “emagrecimento” do Estado e das suas funções sociais, preconizando uma “maior flexibilidade” dos serviços através de parcerias “público-privadas” ou através do recurso ao outsourcing”.
- 5 - Repudiar a fragilização e precarização dos vínculos dos funcionários públicos, que pretende transformar em regra o contrato individual de trabalho.

POR SER VERDADE SE PUBLICA O PRESENTE «EDITAL» QUE VAI POR MIM ASSINADO E IRÁ SER AFIXADO NOS LUGARES DO ESTILO DESTE CONCELHO.

Almada, em 29 de Setembro de 2006

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA)